

# PLANEJAMENTO DA AÇÃO EVANGELIZADORA EM PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Mobilizando os agentes e organizando as ações pedagógico-pastorais

*Elizeu de Lisbôa Moreira\**

*Pe. Giovanni Momo\*\**

*Ms. Neri José Mezdri\*\*\**

**Resumo:** Planejar é ordenar forças e recursos que se tem a disposição. É partir de um ponto e chegar a outro. O caminho a ser percorrido, especialmente, “como” percorrê-lo, explicita a orientação metodológica do planejamento. A organização das forças implica avaliar as próprias e conjugá-las com as outras disponíveis. O espírito do planejamento abarca uma cumplicidade formativa, em sentido integral. A instrução caminha noutra direção e implica outra relação. A decisão pessoal livre e a vigilância coletiva são condições fundamentais para esta formação alargada. O planejamento pastoral participativo tem a mesma raiz, enquanto desencadeador de processos formativos mobilizadores de agentes e organizador de metas e estratégias que visam a eficiência da ação.

**Palavras-chave:** planejamento. eficiência. metodologia participativa. espiritualidade e formação.

## Introdução

Planejar é organizar as forças e recursos que se tem à disposição. Planejar a ação evangelizadora diz respeito a organizar das forças “pastorais” em vista da promoção de atitudes coerentes com o projeto de Jesus e na perspectiva do Reino de Deus. Em qualquer campo de atuação, o

---

\* Acadêmico do 8º semestre do Bacharelado em Teologia da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – Itepa Faculdades.

\*\* Teólogo pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – Itepa Faculdades. Presbítero da Diocese de Erechim.

\*\*\* Mestre em Educação, Doutorando em Educação, Coordenador Pedagógico da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – Itepa Faculdades.

planejamento está vinculado à eficiência e à precisão das ações para obter melhores resultados. O método e a própria concepção de resultados podem variar de acordo com a natureza e a finalidade de cada ação. A analogia que segue tem por objetivo explicitar esta questão, indicando um caminho que julgamos mais adequado em se falando de planejamento pastoral.

Qual é o melhor resultado de uma pescaria? Algumas ações indicam resultados mais ou menos previsíveis. Seria esse o caso da pescaria? A quantidade (numérica e em quilogramas) e a qualidade de peixes estariam entre as supostas metas imediatas, a realidade almejada da pescaria. Para isso a pescaria precisa ser planejada: pescadores “qualificados” (há um conhecimento envolvido), instrumentos adequados, além de informações sobre o ambiente onde a pescaria irá se desenvolver. O planejamento associado à atividade pode envolver muitas questões, entre elas os convidados para compartilhar os resultados, que podem ser os próprios pescadores e também pode ser um grupo ampliado. Neste caso, o conhecimento da realidade deveria ser mais seguro, sem falar que a responsabilidade dos atores envolvidos aumenta enormemente. Mas assim como em qualquer planejamento, nada está garantido por antecipação, não há predeterminismo.

Mas uma pescaria pode ter outro objetivo, outra meta? E se a pescaria for um “passa tempo”? Isso muda a perspectiva dos instrumentos e pode agregar pescadores “menos qualificados”. E ninguém está livre de surpresas. Às vezes de quem “menos se espera vem o melhor resultado”. Nesta ótima de pescaria, tudo passa a ter outro significado. Muda o sentido do barulho, do silêncio, do movimento externo e interno à água... Muda quase tudo, menos a atividade em si. Em ocasiões desta natureza parece que a quantidade, de longe é o elemento mais importante. Só não pode ser monótona demais. Só não é

agradável não pegar nenhum, ou não ter nenhuma emoção. O restante está tudo valendo. Neste caso, o momento e os detalhes todos são importantes (se bem que os detalhes não escapam a nenhuma pescaria), inclusive para elucidar a perspectiva metodológica em questão, para a qual o processo já é resultado. Na evangelização, as relações, as trocas, as visitas, as conversas, os encontros são evangelização. Não significa dispensar os elementos “próprios”: rezar, estudar, planejar, avaliar... Significa direcionar, estrategicamente, tais ações e, ao mesmo tempo, vivê-las plenamente, pois evangelizar diz respeito à promoção de relações fraternas e de justiça, em última análise, à explicitação da Boa Notícia.

O texto que estamos apresentando objetiva oferecer ao leitor alguns fundamentos, pressupostos e orientações relevantes para um planejamento pastoral em sintonia com a espiritualidade do seguimento de Jesus Cristo, de onde se extrai uma perspectiva metodológica participativa. Não se trata de um conjunto de procedimentos técnicos, mas de algumas pistas, a serem dados na organização de um processo de planejamento. É uma abordagem de caráter geral e reflexivo, que pode ser complementada por orientações mais práticas acerca da organização do planejamento<sup>1</sup>. O caráter científico e a metodologia assumida como espiritualidade, modo de vida, para superar o reducionismo prático e/ou a tendência tradicional/instrumental ainda presentes no planejamento da ação evangelizadora estão entre as convicções validadas no artigo.

O caminho trilhado tem como ponto de partida a explicitação do significado e de algumas implicações sobre planejamento e planejamento pastoral. Quem toma a decisão de planejar já tem em mente onde quer chegar, mas é preciso

---

1 Existem ótimas referências para quem busca esta orientação, entre elas as citadas nas referências deste texto. Além disso, entendemos que cada grupo tem autonomia e pode adequar esses “manuais” à sua realidade.

respeitar o processo dos sujeitos envolvidos e cultivar espírito de abertura. Além do mais, o caminho e o movimento coletivo vão ajudar a perceber de outra maneira e a reorientar o próprio olhar. A segunda parte do texto destaca esta perspectiva metodológica, assumindo-a como espiritualidade, considerando ainda elementos como o caráter científico a partir desta opção, além da dimensão formativa em retroalimentação com o planejamento. Na terceira parte, reflete-se sobre a colegialidade e as estruturas articuladoras coerentes com a opção metodológica assumida. Completa o texto algumas considerações relevantes para a garantia de um planejamento pastoral como processo.

## 1 Questões preliminares sobre planejamento e evangelização

Nesse primeiro momento explicitamos compreensões básicas, partindo do significado geral acerca do planejamento e, em seguida, entramos em noções iniciais sobre a especificidade do planejamento pastoral ou da ação evangelizadora<sup>2</sup>.

### 1.1 Planejamento: noções iniciais e motivações

Planejar é uma ação humana relacionada ao ato de prever,

---

2 Como aborda o Pe. Ari dos Reis no artigo - *Histórico do planejamento pastoral na Igreja do Brasil* (nesta revista, p.13-36), existe uma distinção já consagrada pela Igreja em relação aos conceitos de pastoral e evangelização. O primeiro refere-se à interlocução com aqueles em que o sentimento de pertença eclesial é mais aguçado e dispõem de uma estrutura eclesial mais consolidada. A segunda categoria diz respeito à realidade de pessoas em que o sentimento de pertença é frágil e a referência aos princípios do evangelho não estão num horizonte próximo. Esta distinção é importante porque se trata de diferentes realidades. Em termos de planejamento a participação dos envolvidos, nesta lógica, diz respeito mais à categoria pastoral, embora o processo possa resgatar ou aproximar outros. O planejamento pode traçar metas na perspectiva pastoral e também de evangelização. Nossa abordagem, porém, não se fixa na distinção, tratando evangelização e pastoral como sinônimos.

de antever algo, a partir da intervenção e da ação sobre esta realidade. O planejamento diz respeito à positividade em preconceber, no sentido de ter a capacidade de antecipar o não existente. Diz respeito ao ato de projetar, arquitetar, termos que indicam precisão e eficiência. Mas se refere também a características mais ensaístas como é o caso de traçar, riscar, esboçar e idealizar. O planejamento implica em movimento, em ação, e associa-se ao ato de estudar a realidade, o objeto, a obra. Toda ação humana implica em algum tipo ou nível de planejamento, mesmo que tendemos a agir cotidianamente de forma mecânica e imitativa. Provavelmente, com o passar do tempo, a não ser por circunstâncias atípicas, não precisamos mais planejar nossa rota diária do trabalho para casa ou vice-versa, ao menos quando nenhum dos locais seja itinerante. Mas na primeira vez, fizemos algum tipo de mapa mental da rota a ser percorrida.

O planejamento implica, ao mesmo tempo, na ousadia da prospecção e na “passividade” da segurança, dimensões humanas, em certa medida, em colisão. As fases da vida, a formação pessoal e o próprio ambiente frequentado interferem na postura de comodidade e de segurança do “estabelecido”, ou na ousadia da mudança, do progresso, do experimentar novas realidades. Embora não pareça, de alguma forma, nas duas estão implicadas o planejamento, mesmo que a aparente passividade soa suficiente no caso do apego à segurança. Todavia, é inegável o esforço, as estratégias utilizadas e a ação que muitas pessoas fazem para permanecerem “na segurança”. Para nossa intenção, é importante evidenciar que o planejamento implica projetar ações com o propósito de atingir determinada meta, de chegar/permanecer em determinado “lugar”.

Danilo Gandin utiliza as categorias realidade existente e realidade almejada ao se referir ao planejamento de grupos,

movimentos e instituições<sup>3</sup>. A realidade existente já é resultado de um planejamento anterior, ou de um conjunto de processos de naturezas distintas, assim como da ação de inúmeros atores individuais e coletivos com capacidade e poder diversos, em permanente diálogo/confronto, em muitos casos quase que em movimentos aleatórios. Em outras palavras, a realidade que temos é complexa e contou com a participação de um grande número de envolvidos, os quais atuaram em um jogo de forças muitas vezes sem consciência da direção de suas ações. De qualquer maneira, seguindo a trilha indicada, as categorias mencionadas por Gandin transformam-se em duas tarefas distintas e complementares: a primeira é a de fazer o diagnóstico do contexto, a segunda a de projetar a nova realidade. Aparentemente simples, tais tarefas são revestidas de complexidade, à medida que estão cercadas e perpassadas por concepções antropológicas, metodológicas e epistemológicas, mesmo que nem sempre explícitas. Outra consideração importante é que o planejamento, desde a decisão de fazê-lo, está entremeado por decisões de fundo político. Há distintas formas de conceber e, portanto, orientar o planejamento. Noções mais adequadas a certas realidades, algumas que primam pelo resultado, outras acentuam as relações, os processos, as pessoas envolvidas.

Gandin trabalha um esquema elucidativo quando desdobra as categorias realidade existente e realidade desejada. Para ele, há três possibilidades de olhar para as referidas categorias. A primeira, que identifica de perspectiva conservadora, em que “não há distinção entre a realidade desejada e a existente”. Na nossa concepção, se aproxima com a realidade dos estabelecidos e que buscam segurança na atual hierarquia de valores e funções. A segunda, classificada como de tendência revolucionária, em que “não há ponto de contato entre a realidade desejada e a existente”. A terceira, que poderia ser

---

3 Danilo GANDIN. *A prática do planejamento participativo*, p.16-17.

identificada como mais equilibrada ou ponderada. Nesta, “a realidade desejada e a realidade existente têm pontos de contato e pontos discordantes”<sup>4</sup>. Isso dá uma noção de distintas concepções e de diferentes interpretações feitas da realidade, bem como de projeções correspondentes. Expressa também que o planejamento, assim como toda ação humana, é um movimento dinâmico e complexo, portador de potencialidades e sujeito a ambiguidades.

O planejamento como tal tem relação estreita com a categoria processo, uma vez que se trata de um movimento permanente e articulado, por um lado, sempre novo, por outro, que se mistura com o “velho” porque parte do existente, do contexto ou da interpretação feita dele. O planejamento pode ser desenvolvido no nível pessoal, mas mesmo este precisa considerar a ação das outras pessoas. De um modo geral, o planejamento está associado a um grupo de pessoas, a uma instituição ou mesmo a uma empresa. Neste sentido, é possível apontar três grandes referências para o planejamento: a natureza da ação/atividade, o grupo de pessoas envolvido – sem entrar no mérito do grau de participação – e o contexto onde se desenvolve a ação, apresenta características legitimadoras das metas pretendidas e outras no caminho inverso.

O contexto como tal é algo inatingível, mas a realidade enquanto interpretação possível do contexto, é um dos referenciais fundamentais sobre o qual se projeta o novo. A leitura adequada, o mais completa possível, identificando elementos como limites e potencialidades, agentes mobilizadores e elementos de mobilização, é fator decisivo para se chegar à realidade pretendida. Associam-se à leitura do contexto ou a construção realidade de referência, embora no desdobramento do processo isso possa ter atenção específica, a mensuração de recursos humanos e financeiros com os quais se conta para atingir as metas. A viabilidade do planejamento está

---

4 *Ibidem*, p.17.

vinculada a uma série de variáveis, mas em termos gerais tem relação com a maturação e a articulação de processos e forças envolvidas em seu sentido geral.

A realidade do planejamento não é unanimidade em todos os campos de ação. Há ainda muito amadorismo, voluntarismo, “ativismo” e descontinuidade – falta de perseverança e rigor com os procedimentos e encaminhamentos. A principal motivação do planejamento está na convicção da eficiência que ela produz que, obviamente, implica na predisposição para o desenvolvimento de todas as etapas que o processo compreende. Neste sentido, a falta de prática – de experiência e de cultura mesmo de planejamento –, de paciência e de métodos adequados estão entre os fatores que enfraquecem, minam e o inviabilizam, gerando a falsa ideia de que o processo não gera resultados. Por outro lado, uma ação espontânea, não organizada, não planejada tende a ser absorvida pelo personalismo de suas lideranças, pela fragmentação e pela ineficiência. Em se tratando da área das ciências humanas considerar a subjetividade e a participação efetivas dos envolvidos estão entre as principais potencialidades do planejamento.

## 1.2 Planejamento da ação evangelizadora

Este item invoca a explicitação de um dos três elementos já indicados como fundamentais há pouco. Estamos falando da natureza da ação sobre a qual se volta a reflexão, neste caso, a evangelização ou a pastoral. Aqui estamos utilizando pastoral e evangelização no seu sentido comumente adotado, como sinônimo, referindo-se à ação “pedagógica” de caráter eclesial desenvolvida por seus agentes clérigos e/ou leigos, que visa à adesão de fé e, em última análise, ao compromisso com um estilo de vida fundamentado no seguimento de Jesus Cristo e na promoção dos princípios cristãos-católicos. Como pensar o



planejamento, considerando a especificidade da ação evangelizadora? Que questões referentes à dinâmica do planejamento em si servem ao planejamento pastoral e o que precisa ser construído como caminho próprio?

Já mencionamos uma distinção de significado acerca dos termos pastoral e evangelização. Antes de se deixar provocar pelas interrogações postas, convém prestar mais um esclarecimento, agora pensando em seu uso no âmbito do alcance das reflexões da Itepa Faculdades. A categoria pastoral recebe maior acento nesse contexto. Não se trata da escolha de um termo em negação a outro, mas de um caminho, em certa medida circunstancial, e que também está relacionado ao acento na fonte bíblica da pastoral. As referências ao capítulo 34 do livro de Ezequiel e do capítulo 10 do evangelista João, seguramente estão entre os fundamentos bíblicos mais invocados, especialmente como forma de cultivo aos princípios e critérios adequados ao Bom Pastor ou ao bom líder. A preocupação não está, bem entendido, no rebanho, mas na atitude do pastor. Neste sentido, os textos de referência são muito claros: o cuidado do rebanho, e não de si mesmo, e a garantia de justiça, com a defesa dos mais fracos, estão representadas no retrato de Ezequiel; a garantia de vida a ponto de dar a vida por elas é o símbolo da atitude do pastor expressa no livro de João.

Em grande medida, é o suporte teológico que o referencial vinculado à pastoral, a partir das atitudes do bom pastor, aquele que, contrariando a passividade atribuída ao rebanho, está preocupado e disposto a fazer o caminho das ovelhas. É digno de nota que o pastoreio das ovelhas que fez parte da experiência e servia de alusão ao discurso de Jesus se dava em terreno montanhoso, cheio de pedras e em que o passar a noite em grutas estando à porta para evitar a perda de membros do rebanho para predadores era corriqueiro. Neste ambiente, o

caminho íngreme facilitaria para o pastor, mas não era o melhor para as ovelhas, o que serve de analogia à convicção do pastor que, sabendo onde chegar, onde está a pastagem, respeita o caminho, as condições, a realidade das ovelhas. É justamente a perspectiva metodológica que legitima a relação dialógica e que se fundamenta no exercício do protagonismo dos envolvidos que inspira a Itepa Faculdades a utilizar a categoria pastoral. Este simbolismo é marca da instituição, sendo o termo utilizado inicialmente no nome Itepa, de *Instituto de Teologia e Pastoral*, atualmente nomenclatura atribuída à Mantenedora. O próprio curso já fora denominado, atualmente só Teologia, por conta da nomenclatura oficial atribuída pelo MEC. O termo pastoral na *Teologia e Pastoral* história do Itepa diz respeito a um compromisso de longa data com a inserção contextual junto às comunidades locais e à práxis pastoral, que encontra na prática (pastoral) seu ponto de partida, a ser aperfeiçoado no confronto com a teoria.

Para retornar às interrogações sobre o planejamento e à natureza específica vamos retomar dois grandes referenciais: a realidade existente e a realidade desejada. As particularidades iniciam quando se dá o exercício de localizar tais categorias, ou quando inicia o processo de planejamento propriamente dito. O contexto, ao menos considerando o corte histórico, é o mesmo para qualquer ação que seja desenvolvida, porém o enfoque para a construção da realidade de referência para o planejamento da ação evangelizadora será direcionado para temas como a eclesialidade e a dimensão religiosa, bem como questões contextuais que interferem e agem de forma mais explícita sobre a espiritualidade, por exemplo. Da mesma maneira, e neste caso a especificidade ainda é maior, no que diz respeito ao ponto de chegada, a realidade desejada.

É preciso deixar claro que cada processo de planejamento, mesmo que implique a mesma natureza de ação, precisa fazer o

seu próprio exercício de análise da realidade e delimitar sua perspectiva em termos de meta a ser alcançada. O que apresentamos aqui, enquanto exercício geral e de explicitação do movimento a ser construído, é uma abordagem quase simbólica. Vamos explorar as duas categorias que estamos perseguindo. O que podemos apontar no que tange à categoria realidade existente? E acerca da realidade almejada, que referenciais se pode apontar?

Considerando ser uma tarefa gigantesca descrever a realidade existente, vamos apontar alguns traços característicos de caráter mais abrangente e que dialogam/confrontam com aquilo que poderia ser classificado como a espiritualidade cristã. a) a racionalidade concorrencial ou de desempenho<sup>5</sup>. Tal racionalidade, que também poderia ser identificada a partir do processo de globalização de orientação neoliberal, é resultado de um longo processo em que a dimensão econômica passa a ditar as regras de funcionamento não apenas do mercado, mas se transforma em modo de vida, estendendo seus tentáculos para as relações no interior da sociedade. A eficiência e a produtividade, por isso a necessidade dos indivíduos gastarem suas energias na produção do “capital humano”, passam a ser as únicas regras válidas. b) o fim da sociedade e a emergência do indivíduo. Trata-se de um movimento longo e complexo, e que tem como marco histórico a passagem da sociedade de produtores para a de consumidores<sup>6</sup>, com acento na superação das opressões e do risco de homogeneização da sociedade experimentada pela sensação de liberdade e das escolhas pessoais<sup>7</sup>. Outro elemento complicador, no sentido da complexidade da análise, aponta para a emergência de um sujeito plural, podendo, por exemplo, ter múltiplos pertencimentos, sem estar preso a único grupo social. Assim

---

5 Pierre DARDOT & Christian LAVAL. *A nova razão do mundo*, p.413.

6 Zygmunt BAUMAN. *Vida para consumo*, p.199.

7 Zygmunt BAUMAN. *Modernidade líquida*, p.60-61.

como existem campos de ativação de determinadas disposições para o agir, também existem campos de inibição da validade de tais ideias-força<sup>8</sup>. c) a nova religiosidade. Quase como um desdobramento da mentalidade que também toma conta do mundo religioso, destaca-se a perspectiva utilitarista e, em outra direção, o risco dos efeitos das diversas raízes fundamentalistas. A religião não é vista como fonte de critérios e princípios para o agir humano, mas oferta de sensações de bem-estar e segurança para continuar e fortalecer a concorrência diária. O que não se pode descuidar é o potencial que carrega esta abertura ao elemento religioso.

Quanto à realidade almejada, na perspectiva também geral como uma reflexão sobre o planejamento e não o exercício de planejar propriamente, a invocação certamente mais significativa do ponto de vista teológico é a do reino de Deus. Esta categoria evoca uma realidade de caráter universal, aberta a todos, e, ao mesmo tempo, inatingível em sua plenitude na história humana, mas inaugurada pela ação de Jesus. Seu caráter de universalidade não exclui exigências. Ao mesmo tempo que é dom e graça de Deus, no sentido de não haver garantias prévias e sim indicativos de coerência, aponta para uma ação humana em resposta, como se pode ver em alguns textos evangélicos (Mt 19,16-30; Mc 10,17-31; Lc 18,18-30). Entre as exigências estão o desapego incondicional para seguir ao Mestre e assegurar a Boa Notícia (Mc 10,29-30) e a partilha (Lc 18,22). Os pobres e simples aparecem como os preferidos do reino de Deus (Mt 19,13-15; Mc 10,13-16; Lc 18,15-17). Ao lado desta categoria e como caminho a ela o fazer a vontade do pai e a própria prática de Jesus são critérios fundamentais. Na perspectiva da ação evangelizadora, portanto, planejar “significa organizar nossas forças humanas e materiais à luz da prática de Jesus, em vista da Evangelização, que tem como finalidade principal o Reino de Deus”<sup>9</sup>.

8 Bernad LAIHRE. *O homem plural*, p.70.

9 Rodinei BALBINOT & Elli BENINCÁ. *Metodologia pastoral*, p.48.

Ainda a respeito da natureza da atividade, é de supor que a realidade da evangelização envolve dimensões que transcendem a vida material e física. Isso significa considerar a pequenez humana e a presença de forças e motivações que não são resultado da ação humana propriamente dita. A graça e a ação do Espírito Santo estão em todo lugar, e o que precisamos desenvolver é a capacidade de interpretar os “sinais dos tempos”. Considerando tratar-se de algo sobre a qual não temos controle, só podemos planejar a partir das forças e condições sobre as quais temos alguma competência de projetar, e isso diz respeito à ação humana.

[...] a ação pastoral, ainda que levada a cabo na fé, sustentada pela graça e sob o dinamismo do Espírito Santo, não deixa de ser uma ação humana, sujeita às contingências de qualquer ação. Toda ação humana, enquanto é sempre uma ação pensada, tem, também, uma racionalidade própria. Há uma razão específica para a prática teórico-prática e outra para a prática prático-prática. Enquanto ciência, a teologia pastoral fornece também à ação evangelizadora um suporte racional específico”<sup>10</sup>.

Por que é importante interpretar o contexto (obviamente aqui não nos referimos aos breves traços indicados, mas ao esforço de compreender de forma sempre mais completa)? Porque ignorar o movimento da história, significa planejar no vazio, com maior risco de ineficiência. Ao mesmo tempo, à medida que se faz o diagnóstico do contexto e se aponta referenciais acerca da realidade pretendida, estas não são tarefas conclusivas no processo de planejamento. Antes pelo contrário, são o pontapé inicial sobre as quais se deve estruturar nosso agir. As metas e prioridades, que ao final do planejamento vai materializar-se no plano, devem justamente produzir condições de pavimentar o caminho da realidade em direção à utopia.

---

10 Agenor BRIGHENTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.201.

## 2 Orientação metodológica do planejamento pastoral

“Não se pode perder de vista em nenhum momento que o planejamento é uma discussão sobre metodologia e sobre instrumentos: estuda e indica processo para se chegar a resultados”<sup>11</sup>. Considerando esta premissa, julgamos fundamental explicitar qual orientação metodológica responde com maior coerência à natureza do planejamento pastoral, apontando elementos que o fundamentam e justificam. A nosso ver a pedagogia da práxis é a perspectiva metodológica que melhor fundamenta o planejamento da ação evangelizadora porque garante o caráter científico necessário e respeita a natureza da ação pedagógico-pastoral.

### 2.1 O planejamento pastoral na perspectiva da práxis

Fundamentalmente, a opção metodológica assumida se dá por sua capacidade de transformar o planejamento em formação permanente e pela convicção de seus adeptos na formação como transformação pessoal. O resultado da formação e do planejamento em si não é outro senão a mudança produzida no próprio ser humano. Não se trata de uma mudança que um impõe ao outro por coação ou pela hierarquia de poder. Dito de forma mais precisa: não é uma mudança que se pretende ou que seja possível produzir no outro. Trata-se da disposição para tomar-se nas mãos, por isso, em certo sentido, uma transformação passiva ou que necessita da “permissão” pessoal. Ao mesmo tempo, isso não ocorre sem processos coletivos e formativos, os quais forjam/pressionam a mudança, através de recursos e estratégias mobilizadores do envolvimento pessoal. A principal contribuição de uma proposta metodológica, ao menos no campo das humanidades e por excelência as que implicam em relações pedagógico-pastorais, diz respeito à

---

11 Danilo GANDIN. *A prática do planejamento participativo*, p.29.

abertura de espírito para assumir atitude de instabilidade e insegurança em relação ao já sabido e ao aparentemente consolidado. Nesta direção, nada está predefinido ou pode ser considerado como algo dado. A realidade é elaboração, interpretação, a história é construída, o presente resultado do passado, condicionado por ele, mas o futuro não está fechado ou predeterminado antecipadamente.

Numa linguagem mais “técnica”, a transformação da concepção de mundo requer “o ingresso no núcleo do senso comum para descobrir-lhe os sentidos que o compõem. Para ingressar no núcleo do senso comum é necessário recorrer ao método dialético. Identificados os sentidos, será possível, numa segunda instância, ressignificá-los, para transformar a concepção de mundo”<sup>12</sup>. Benincá afirma haver duas possibilidades de ingresso no núcleo do senso comum, sendo uma delas pela via da prática e a segunda pela reflexão sobre a prática. A principal distinção entre as duas formas é que a primeira se dá de forma inconsciente ou sem que a pessoa se dê conta<sup>13</sup>. Ela muda o que pensa sobre as coisas e as pessoas, passando a agir de outra maneira, incorporando o novo modo de vida, sem se dar conta da mudança e de que a ação anterior se fundamentava sobre outros princípios e critérios em relação ao modo atual. Muito provavelmente incorpora modos de vida sem refletir ou perceber possíveis incoerências. A segunda maneira de ingresso no núcleo do senso comum, designada como *práxis pedagógico-pastoral*, é produzida pela reflexão sobre a prática, tendo como resultado a transformação consciente da concepção de mundo, ou seja, a pessoa assume a condição de sujeito, ressignificando seu modo de pensar<sup>14</sup>.

A aposta na pedagogia da práxis como espaço de formação para os envolvidos objetiva qualificar a prática na obtenção de

---

12 Elli BENINCÁ. *Práxis pastoral*, p.7.

13 *Ibidem*, p.7-8.

14 *Ibidem*, p.8.

melhores resultados, entendendo o resultado no contexto da natureza da ação pastoral, e se sustenta numa virada epistemológica. Ao passo que as concepções de tradição essencialista, como a tradicional e a positivista, tomam o objeto de investigação como algo externo ao observador-pesquisador, a perspectiva dialética que fundamenta a pedagogia da práxis, toma a relação que se dá na prática pedagógico-pastoral como objeto.

O objeto de investigação, numa pedagogia da práxis, não é o outro enquanto outro, mas a “relação entre sujeitos”. A relação intersubjetiva possibilita ao educador, no ato de educar, educar-se; no ato de transformar, transformar-se; no ato de investigar, investigar-se; mas também, no ato de oprimir, oprimir-se. [...] A possibilidade do educador se transformar, nesse processo relacional, surge da condição de ser investigador de sua própria prática. Como pesquisador de sua prática tanto o educador quanto o educando, ao flexionar sua consciência, tem condições de observar e perceber os sentidos e as intenções presentes no senso comum e, em decorrência, a possibilidade de transformá-los<sup>15</sup>.

Por que dar importância à dimensão epistemológica, enfatizando a mudança no objeto de investigação e que relevância isso tem como suporte ao planejamento? Por trás da opção epistemológica está uma concepção metodológica que evita que o planejamento seja pensado por um grupo e executado por outro. O agente evangelizador é também evangelizado, assim como a conversão não é tarefa completada por nenhum dos seguidores. Considerando a natureza da ação evangelizadora, à medida que se investiga a prática realizada se desenvolve um processo de revisão e qualificação. Investigar a própria prática implica em processo formativo e avaliativo permanente em vista da capacitação dos agentes. Como se trata de uma metodologia de trabalho, na Itepa Faculdades,

---

15 *Ibidem*, p.12.



desenvolveram-se procedimentos específicos para a análise da prática pastoral, a saber: observação, registro, sessão de estudos e (re)encaminhamentos<sup>16</sup>. Não vamos nos deter ao detalhamento de seu funcionamento, porque o fundamental neste momento é a sustentação de uma perspectiva que associa o planejamento à análise crítica da prática, enquanto reflexão e transformação consciente da concepção de mundo. Citar os passos metodológicos tem mais o objetivo de assegurar seu estatuto científico e sua viabilidade enquanto experiência histórica.

## 2.2 A metodologia participativa como espiritualidade e seu caráter científico

A palavra metodologia carrega em si o sentido de caminho, de um jeito de fazer, como se fosse, na relação com o planejamento, a mediação entre o ponto de partida e o de chegada. De alguma forma, o caminho a ser trilhado invoca um modo de vida, uma espiritualidade; “a metodologia é a mística que está por trás de nossas ações; [...] não é instrumento, mas a própria mística do agente”<sup>17</sup>. E como é o modo participativo de viver? A participação no nível pessoal tem ao menos duas implicações complementares, uma ativa e outra “passiva”. A primeira diz respeito ao envolvimento pessoal e ao assumir a responsabilidade diante de atividades às quais é desafiado a participar, a dar sua contribuição. A segunda refere-se ao deixar-se afetar, provocar pelo outro. No nível

16 Quem desejar aprofundar a especificidade desta reflexão pode encontrá-la em várias fontes, entre elas, algumas de autoria de Elli Benincá, como as edições da revista *Caminhando com o Itepa*: Ano XIX, n. 64 Abr./2002, p.68-71; Ano XVIII, n. 63, Nov./2001, pp.18-33, e em outros materiais: REIS, Ari dos & MEZADRI, Neri. MHE: em busca de fundamentos. In. BALBINOT, Rodinei & MEZADRI, Neri (Org.) *Metodologia da ação evangelizadora: uma experiência no fazer teológico-pastoral*. Passo Fundo: Berthier, 2008 (pp.123-142). BENINCÁ, Elli & BALBINOT, Rodinei. *Metodologia Pastoral: Mística do discípulo missionário*. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2012 (p.75-87).

17 Rodinei BALBINOT & Elli BENINCÁ. *Metodologia pastoral*, p.40.

coletivo/social/institucional, por sua vez, a participação está vinculada ao exercício do poder. Encontramos realidades avessas e limitadores, e outros mais abertas à participação. Enquanto o ambiente dialógico do poder tende a favorecer a participação, as relações excessivamente hierarquizadas tendem a inibi-la. O caráter científico tem neste contexto fundamentalmente a função de garantir sistematicidade e eficiência, progresso, evolução, desenvolvimento, em direção aos resultados almejados.

A participação implica disposição pessoal e atitude de abertura a ser cultivada como uma espiritualidade, como mística, uma espécie de mistério escondido e inacessível, ao mesmo tempo que se constitui em força mobilizadora. A espiritualidade ou a metodologia participativa é uma disposição quase incondicional de fazer parte, de envolver-se sem reservas e sem contrapartida a partir do sentimento forte de alteridade; é estar disposto a mostrar-se ao outro sem exigir o mesmo, mas com o compromisso de escutar o que o outro quiser compartilhar; é saber-se completo, mas constituir-se humano na relação com o outro e não no fechamento. Participar é fazer permanentemente a opção pelo encontro com o outro e pelo reconhecimento do outro, enquanto caminho para o transcendente. Associando com o planejamento na especificidade da natureza da ação evangelizadora, significa criar um ambiente propício à participação de todos.

Planejar é um processo de tomada de decisões. Na Igreja, é fundamental “quem” toma as decisões. Pelo mesmo batismo, que insere todos os cristãos no *tria munera Ecclesiae*, há uma radical igualdade em dignidade de todos os ministérios. Todos são Igreja, portanto todos são sujeitos. Tal como Deus, que nunca se impõe, mas sempre se propõe, na Igreja, quem não tem direito de participar do processo de tomada de decisão, não tem nenhum dever de participar da execução. Há, portanto, subjacente ao pensar a ação na Igreja, o exercício do poder, que, pastoralmente,

se não for um poder-serviço, é um poder antievangélico. Não basta pensar a ação, planejar. Os opressores, o grande capital, o sistema financeiro ou a indústria bélica também o fazem. Mais importante é “como” planejar. No campo eclesial, se não for de forma participativa, colegiada, comunitária, no espírito de *koinonía* que funda a Igreja, o planejamento presta um *des-serviço* ao Reino de Deus<sup>18</sup>.

Como se pode extrair de imediato a conclusão da afirmação do Brighenti, ao lado do protagonismo ou da liberdade em participar está a responsabilidade em fazer acontecer o decidido, em colocar a “mão na massa”. Neste sentido, a perversidade ou a ineficiência do planejamento não diz respeito à negação da autoridade ou da hierarquia, mas ao descompromisso gerado pelo autoritarismo. A aceitação do que for imposto pode se dar por conta da assimetria de poder ou pela atitude de resignação ou submissão, todavia, nestas circunstâncias, a mudança na concepção de vida de dará, no máximo, pela via da prática e não a partir da reflexão sobre ela. Se não tenho força para discordar ou se concordar não implica em nenhuma transformação efetiva no meu modo de viver, se não implica em conversão, tudo bem, eu aceito.

Noutra direção, o cuidado é para que a participação não seja compreendida ou reduzida a algum tipo de enquadramento ideológico com excessivo “comprometimento histórico”, por isso, a insistência na mística ou na espiritualidade do seguimento. Acima de tudo, é do Evangelho que brota a perspectiva da participação, como é o processo formativo que acontece com os discípulos; sem tomar a decisão por eles, mas provocando a pensar e a discernir a partir da interpretação circunstâncias de que dispunham, como no episódio dos discípulos de Emaús<sup>19</sup>. Planejar a ação evangelizadora exige,

---

18 Agenor BRIGHENTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.203.

19 Ver o capítulo 2, *Evangelização em chave de leitura cristológica*, p.21-38, de Elli BENINCÁ & Rodinei BALBINOT. São Paulo: Paulinas, 2012.

como o fez Jesus, colocar acima de tudo o projeto, a proposta, tendo como critérios a vontade do Pai e a perspectiva do reino de Deus, discernindo a partir dos sinais e das contingências históricas. Neste sentido, a formação para a responsabilidade se fundamenta na pedagogia da práxis, que implica na autoavaliação e na avaliação externa (enquanto processo realizado comunitariamente). Quem não reflete sobre sua prática e não cultiva uma atitude de abertura de espírito, destaque para os momentos de oração de Jesus como dinâmicas de profunda entrega e discernimento, não produz conversão – em si e nos outros – à medida que se distancia da real condição e do potencial de intensa transformação.

Em outras palavras, a metodologia pastoral participativa assumida como espiritualidade provoca para a disposição pessoal e para a promoção de relações horizontais, orientadas por princípios e critérios originários da práxis cristã. Destacamos algumas das características: a coerência de vida, a fé inabalável no projeto de Jesus ressuscitado, a convicção na metodologia de trabalho que suporta sofrimento e enfrenta dificuldades e a opção pelas pessoas e pela comunidade<sup>20</sup>. E qual é a origem dos critérios e princípios que nos servem de mediação, referencial e que poderia ser classificado como “marco doutrinal”? Tudo isso é oriundo do dado revelado e que constitui o plano de Deus, tendo como principal fonte a Palavra de Deus. Porém, tanto o marco doutrinal quanto o da realidade, o “diagnóstico de época”, não são dados prontos e disponíveis espontaneamente. Ambos precisam ser elaborados a partir da colaboração de assessores e também da participação dos membros da comunidade, como um dos elementos formativos próprios do processo de planejamento. Não se trata questionar a unidade ou os fundamentos da fé, mas de atualizar as implicações do plano de Deus a partir do contexto de cada grupo/comunidade, seguindo os passos do Mestre e Pastor.

---

20 Elli BENINCÁ. *O Itepa e a Metodologia Histórico-Evangelizadora*, p.68.

Desta forma, a promover a participação de todos não é resultado do desejo pessoal de um ou de outro, mas coerência evangélica<sup>21</sup>. É preciso considerar que a técnica, em termos de planejamento pastoral, é mero meio, que só ajuda quando for canal de comunicação de Deus no Espírito. O melhor caminho para isso é a escuta da voz de Deus na oração e na contemplação, uma vez que o “piloto” da pastoral é o Espírito Santo, cabendo à comunidade a tarefa de “copiloto”<sup>22</sup>. A utilização de um método inadequado ao planejamento pastoral corre o risco de ignorar sua natureza enquanto espaço formativo e movimento em que o fim também é meio. O elemento fundamental, nesta perspectiva, é colocar-se a caminho.

O fim não é um plano, mas a comunidade sujeito de uma ação pastoral pensada. Na perspectiva da fé, e isso é reconfortante em nossa fraqueza e limites de todo tipo, o importante não é ter chegado ao fim, mas ter-se colocado a caminho. O fim está no caminho, no processo, que nunca termina. O cristão não necessita de uma conversão, mas de várias, continuamente. A Igreja não tem necessidade de uma reforma, mas de uma contínua reforma – *ecclesiam semper reformanda*, em contínua reforma, diziam os santos Padres. O amanhã ou será consequência do hoje ou não passará de uma mera repetição do passado<sup>23</sup>.

Ainda acerca da natureza da atividade enquanto espiritualidade a ser cultivada é preciso dizer que, assim como a perspectiva comunitária converte o indivíduo de sua tendência autorreferente, este é um pecado que também pode ser cometido enquanto Igreja. “A vocação humana advoga para a

---

21 E neste item, podemos ir adiante, se tiver outras forças que promovem a participação efetiva de todos, a seu modo, evangelicamente devemos ser humildes para reconhecer tal feito e não corporativistas para minar suas práticas porque não o fazem pela mesma motivação que nós

22 Agenor BRIGEHNTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.204.

23 *Ibidem*, p.203.

convivência de cidadãos livres, numa sociedade livre, justa e solidária. A Igreja, enquanto comunidade, igualmente só cumpre sua missão quando se faz missionária, sai de si e exerce um serviço na sociedade, o espaço de edificação do Reino de Deus”<sup>24</sup>. Todo cristão é convidado a exercer seu discernimento, reconhecendo os sinais do verbo mesmo nas realidades em que o anúncio não tenha sido feito e a deixar-se confrontar com o Evangelho, convertendo-se e abrindo espaço para a conversão das incoerências e ambiguidades da sociedade. A convicção do princípio da participação sustenta que “a instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder”<sup>25</sup>.

Assumir a metodologia como espiritualidade não significa negar a importância da técnica e da ciência, mas encontrar seu lugar e assim descobrir sua valiosa contribuição. O caráter científico, como já foi indicado, com um método adequado irrompe com o amadorismo, tirando a pastoral do ativismo e do mero campo da prática. “Na prática pastoral, não basta a boa vontade e querer acertar ou, então, dar-se ao luxo de aprender com seus próprios erros. Acertamos mais e melhor quando respeitamos e valorizamos os outros, acolhendo suas experiências”<sup>26</sup>. Uma valiosa contribuição da ciência está em seu rigor e no processo de sistematização da prática. Sem planejar, projetar e sistematizar as ações caímos no senso comum e somos absorvidos pelo cotidiano, atacando as urgências mais visíveis e permanecendo na pastoral de manutenção. A ação pastoral requer saber, competência e consciência prospectiva.

A competência vem de uma formação adequada – bíblica, teológica e pastoral –, em relação inter e transdisciplinar. É impossível ser um bom agente de pastoral sem conhecer o objeto e o método da ação eclesial e o contexto na qual ela se dá – o

---

24 *Ibidem*, p.165.

25 Danilo GANDIN. *A prática do planejamento participativo*, p.28.

26 Agenor BRIGHENTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.202.

mundo, no emaranhado de suas instituições e organizações. A formação é uma exigência permanente, sob pena de expor o agente de pastoral à incompetência e à inoperância. Sem conhecimento de causa, há o risco de multiplicar atos isolados e de cair no ativismo. É uma ação pensada que nos torna capazes de ver o essencial, que é sempre muito pouco<sup>27</sup>.

O planejamento carrega um desejo profundo de organização das forças, meios ou recursos disponíveis, de traçar objetivos, metas e prioridades a serem perseguidas. Já mencionamos categorias importantes como indicativos que fazem parte da sistematização do planejamento, como é o caso, da realidade existente ou marco da realidade e da realidade desejada, que em última análise é traduzida pela categoria reino de Deus. Brighenti, ao se referir à racionalidade própria do planejamento da ação evangelizadora, fala de três exigências, as quais ajudam a sistematizar ou organizar tal ação. São elas: ter os pés no chão, manter os olhos no horizonte e “colocar as mãos na massa”<sup>28</sup>.

Para pensar a ação futura é preciso situar-se na realidade, o que se dá pela via da inserção e também pelo estudo, inclusive com o auxílio de ciências como a sociologia e a psicologia, entre outras. Por obviedade o foco no tema eclesial e da religiosidade, mas não sem dialogar com outras áreas do conhecimento. “Partir da realidade é partir de onde se está, e não de onde gostaríamos de estar” é o alerta de Brighenti<sup>29</sup>. Se é preciso partir da realidade, não podemos nos prender a ele. “A realidade, por mais contraditória e dura que seja, não nos condena ao derrotismo e ao conformismo”<sup>30</sup>. Para o autor, “não há autêntico processo de planejamento sem esperança, sem confiança na possibilidade do futuro desejável. Sem fé na

---

27 *Ibidem*, p.203.

28 *Ibidem*, p.210-211.

29 *Ibidem*, p.210.

30 *Ibidem*, p.211.

possibilidade histórica da utopia do Reino de Deus”<sup>31</sup>. Dois elementos parecem fundamentais aqui, a amplitude do sonho, os sonhos nas estrelas e os sonhos menores que vão demonstrando os pequenos sinais de que estamos dando passos. Quanto mais gente sonhar o mesmo sonho maiores serão as chances de sua concretização. A terceira exigência invoca o simbolismo das mãos, pois de nada adianta sonhos maravilhosos sem sua “aplicação”. “A passagem do teórico ao prático começa na mente (nível dos conceitos, da mentalidade), passa pelo coração (nível das convicções) e concretiza-se com as mãos (nível das habilidades). A viabilidade estará em jogo: as projeções, as necessidades e potencialidades, além das condições socioculturais e os recursos disponíveis para sua realização histórica.

Assim como toda proposta metodológica, a perspectiva participativa também apresenta dificuldades e dilemas. Essa franqueza faz-se necessária para que não se crie expectativas falsas ou se responsabilize de forma equivocada a proposta metodológica. Começamos com duas ressalvas iniciais: é bom enfatizar que uma proposta metodológica carrega associações com alinhamentos políticos e teológicos, os quais geram apreço ou desconfiança em relação aos “resultados”. Assim é em outras “apostas” que se faz na vida. Não acontece de ficarmos na torcida para dar certo ou errado? Assumir com reservas qualquer proposta, implica em resistências que vão além daquelas próprias da concepção teórico-metodológica. É fácil compreender a cruz e as dificuldades da fé, diante de contextos adversos e da implacável vitória de sinais de morte? A segunda ressalva, que implica em risco superior pela ineficácia produzida, diz respeito à falta de clareza ou ao compromisso com um discurso metodológico travestido de um novo conteúdo. A nosso ver esse aspecto é muito comum e mais complexo de ser identificado, porque consiste em assumir uma

---

31 *Ibidem*, p.211.



nova linguagem, um novo conteúdo de fala, sem mudança radical, sem transformação metodológico-espiritual, e que no fundo dá na mesma prática. Resulta numa animação temporária, mas sem consistência e sem efeitos formativos de longo alcance. São como planejamentos com alcance reduzido ao imediato, uma tendência geral forte em diversos ambientes e campos de ação.

Para compreendermos a primeira ressalva é preciso partir da seguinte constatação: há, na sociedade em geral, a sedimentação de uma teoria metodológica tradicional, com um enraizamento social realmente profundo. O mais grave é que tudo isso é resultado de uma formação de longa data e de uma tradição educacional, familiar e eclesial, com fragmentos espalhados por concepções de toda natureza. A fragmentação é mais um complicador, porque as pessoas, como já sustentamos fundamentados em Benincá, mudam suas compreensões acerca de muita coisa desde o referencial da prática, ou seja, sem refletir sobre tais mudanças. Desta maneira, incorporam outros critérios para educar os filhos, outro modo de se relacionar com os outros, mas têm poucas oportunidades de refletir sobre os fundamentos, portanto, sem fazer opções conscientes. O que ocorre no geral é uma espécie de “modernização”, com liberdade em alguns aspectos da vida, muitas vezes associadas a um profundo conservadorismo, porque pensar e mudar dói, sem se dar conta de contradições e incoerências. No geral isso é um problema de formação, no sentido amplo e alargado. Há uma tendência radicada no contexto atual da instrução específica, especialmente direcionado à lógica laboral, não de uma formação no sentido integral.

Em termos eclesiais qual a tendência, especialmente em alguns serviços? Pouquíssima formação e excessivo voluntarismo, mas que sejam criadas condições para uma participação responsável a ponto de ajudar a pensar sobre a

comunidade eclesial em seu sentido amplo. O que acaba acontecendo? Alguns assumem a questão financeira e outros ajudam nas celebrações. Sobre questões pastorais efetivamente se reduz ao discurso: “Ah! Isso é o padre que sabe!” Como há carência de processos sistemáticos, há uma conclusão normalmente aceita como válida: as pessoas não estão preparadas, elas querem a forma tradicional e não adianta falar em participação. Em outras palavras, a dificuldade, ao invés de levar à persistência e a identificar e superar possíveis falhas, conduz facilmente ao abandono da proposta. Quase nunca a paciência, associada ao planejamento de longo prazo, resiste à tentação de determinar de maneira unilateral os rumos a serem seguidos.

No que se refere à incorporação de um discurso sem mudar efetivamente a postura, a explicação está em parte contida na primeira ressalva, uma vez que mudar a concepção de mundo a partir do ingresso no núcleo do senso comum através da reflexão sobre a prática é uma tarefa que exige formação sistemática e disposição de espírito. Isso pode ser feito pelas lideranças por ingenuidade, porque é mais fácil ou por opção, o que implicaria em certa perversidade. Mas a dificuldade é real. Vamos utilizar como analogia o evento Conferência de Aparecida. Entre os destaques do evento e que incorporaram o Documento de Aparecida estão a perspectiva metodológica, o modo de evangelizar, que resgata e acentua a dinâmica do discípulo missionário. A pergunta é: em que medida a utilização do discurso discípulo missionário incorporou a dinâmica de quem se coloca efetivamente no seguimento e assume a missão de anunciar como quem fez uma profunda experiência de encontro pessoal? Temos consciência tratar-se de um processo que necessita de um longo tempo para ser assimilado e que novamente o elemento formativo tem grande importância, porém a tendência a assumir como discurso, como verniz, é forte, não levando à conversão pastoral e pessoal. Entendemos

que desencadear o movimento é radicalmente mais difícil de levá-lo a cabo e aí está um dos desafios profundos da metodologia participativa.

Em geral a metodologia participativa é acusada de lentidão e ineficiência, à medida que o sonho das lideranças demora a dar sinais de efetivação. A questão é avaliar se o problema está na metodologia ou no comprometimento das pessoas ou mesmo na condução do processo. Se as pessoas não estão dispostas a mudar ou se os objetivos e metas não forem adequados à perspectiva metodológica adotada, o problema pode estar em outro lugar. Muitas vezes se tem o desejo de mudar a mentalidade das outras pessoas por algum tipo de ação de um pequeno grupo. Nenhuma proposta metodológica é capaz de mudar a realidade por si só. É preciso paciência, perseverança e clareza para dar viabilidade à proposta, caso contrário nenhuma orientação metodológica tem validade. O fato de a metodologia tradicional estar sedimentada no senso comum e seus fragmentos se manifestarem nas mais variadas situações, algumas mais explícitas e outras implícitas e sutis, conduz-nos, especialmente em situações de dificuldades e conflitos, à saudade “das cebolas do Egito”. O método tradicional, com funções e poder hierarquicamente bem definido, traz a segurança e a fuga do conflito, mas o que produz efetivamente em termos de evangelização?

### **2.3 A dimensão formativa do planejamento e a formação como prioridade**

Embora o planejamento já seja tradição de mais de meio século na Igreja, faz-se necessário superar resistências de quem julga dispensável e/ou não percebe a contribuição do planejamento para organizar as forças humanas a serviço da evangelização. Este movimento pode ser superado através da formação, desenvolvidas de forma e em perspectiva integrais. A

ação humana, enquanto organização lógica e estruturação racional do pensamento, contribui de maneira decisiva na evangelização. O planejamento, enquanto processo sistemático de interpretação contextual, produção da realidade e elaboração grupal dos referencias da revelação, constitui-se em momento privilegiado de formação. Ao mesmo tempo, a natureza pedagógico-pastoral da ação eclesial faz da formação uma meta permanente a ser reafirmada pelo planejamento.

A formação necessita perpassar todo o processo da vida cristã. Quem tem um processo consistente de Iniciação à Vida Cristã e de aprofundamento bíblico-teológico tem mais condições de fortalecer a opção e de compreender o plano de Deus, tomando consciência de sua participação na continuidade da obra criadora, especialmente através da comunidade. Isso tem base a compreensão antropológica de que ninguém veio ao mundo por si só, ou se constrói de maneira isolada; ninguém se basta a si mesmo. Somos inclinados a viver na coletividade, necessitando e existindo condicionados pela relação com o outro e a partir do reconhecimento recíproco.

A Igreja como instância mediadora para conduzir a humanidade à salvação, segundo a compreensão do Concílio Vaticano II, tem sua forma de atuar na comunhão e participação. No âmbito da paróquia, por exemplo, percebe-se a importância dos conselhos em suas instâncias distintas e enfoques pastoral e econômico. Com a finalidade de atuarem na organização e na manutenção da paróquia, os conselhos, são compostos de modo que haja um envolvimento ativo e consciente dos membros da comunidade. É propício recordar as palavras do Papa Francisco ao enfatizar que “o objetivo destes processos participativos não há de ser principalmente a organização eclesial, mas o sonho missionário de chegar a todos” (EG 31).

Uma das grandes propostas práticas para a renovação

paroquial e, conseqüentemente, em favorecimento à participação é a setorização em grupos menores. Na prática, esse modo de ser Igreja proporciona que seus integrantes estejam mais próximos, saindo do anonimato. Também é espaço para animar uns aos outros nas dificuldades e se alegrar nas conquistas pessoais e comunitárias. Desse modo, “a paróquia descentraliza seu atendimento e favorece o aumento de líderes e ministros leigos e vai ao encontro dos afastados” (CNBB Doc 100, 244). Assim pode ser fortalecida a compreensão de Igreja comunhão e participação, marcadas pelos espaços de encontro e pelo envolvimento na ação evangelizadora. Quanto a uma possível setorização da paróquia, longe de sobrecarregar o pároco com mais atividades, caberá aos leigos e religiosos que atuam na paróquia assumirem mais responsabilidades de acordo com o que lhes seja próprio. Imprescindivelmente isto exigirá processos de formação e qualificação para que possa contribuir para a transformação das realidades e para criar estruturas justas segundo os critérios do Evangelho (DAP 210).

A opção pela formação permanente faz sintonia com a concepção dialógica, considerando distintos modos de pensar e agir em relação à ação evangelizadora<sup>32</sup>. Antes de enquadrar a todos numa única verdade, onde pensar diferente é ser herege<sup>33</sup>, o processo participativo leva em consideração as particularidades das pessoas envolvidas, não reduzindo a participação à dimensão representativa e inibindo a ação por conveniência. As decisões são construídas a partir do consentimento de todos<sup>34</sup>, onde “ninguém decide por ninguém. Cada um decide para si, tendo presente o bem dos demais”<sup>35</sup>. O protagonismo favorece a eficácia do planejamento, pois “é fundamental que as pessoas tenham

---

32 BALBINOT & BENINCÁ. *Metodologia pastoral*, p.50.

33 Agenor BRIGEHNTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.157.

34 *Ibidem*, p.204.

35 *Ibidem*, p.205.

espaço para expressar sua palavra: dizer o que fazem, o que pensam, o que sentem, o que desejam”<sup>36</sup>. No imediatismo atual, cada vez mais depressa quer-se resultados, ignorando o processo e desconsiderando a orientação do Mestre de pôr-se a caminho. A formação permanente é a reafirmação da atitude de aprendiz, de discípulo, que como tal pode desempenhar melhor o compromisso missionário.

O movimento que o planejamento produz enquanto processo participativo provoca para a formação permanente que, no espírito da práxis, tenciona a transformação de si mesmo e da própria prática. À medida que mais pessoas se envolvem no processo, essa transformação na concepção de mundo vai acontecendo. Teologicamente é o processo de conversão que vai se dando, é o amadurecimento da fé, com desdobramentos e consequências pessoais e comunitárias. Esse talvez seja o grande resultado de qualquer processo de planejamento.

### **3 Estruturas viabilizadoras do planejamento participativo<sup>37</sup>**

A vocação da Igreja é anunciar o plano de Deus e sua missão consiste em evangelizar e exercer a função mediadora para a efetivação do reino de Deus, antecipando seus sinais na realidade histórica e terrena. O carisma acentuado em Jesus de Nazaré traduz-se ao longo da história em estrutura e organização eclesial em vista da realização da referida missão. A estrutura não é ou não contempla em si a missão e, enquanto realidade histórica, está sempre em processo de conversão, enquanto movimento de resgate de dimensões caras e, algumas

36 BALBINOT & BENINCÁ. *Metodologia pastoral*, p.50.

37 Este item do texto foi elaborado com base em alguns tópicos da monografia de conclusão do Curso de Teologia de Giovanni Momo, apresentada na Itepa Faculdades no ano de 2013. O texto é intitulado: *Conselhos de Pastoral: por uma Igreja da colegialidade*.

vezes, descuidadas do carisma inicial. A estrutura eclesial reporta a uma hierarquia organizacional e a uma divisão análoga e proporcional à dimensão territorial, representada por distintas instâncias, desde a dimensão universal até a comunidade eclesial, menor núcleo estrutural da Igreja.

### 3.1 No espírito da colegialidade

Além da dimensão hierárquico-estrutural, responsável pela articulação e pelo funcionamento digamos mais pragmático-doutrinal, existem órgãos colegiados em tese mais voltados à atuação mais pastoral. A dimensão colegiada não é parte intrínseca à estrutura eclesial, estando condicionada ao modo de exercer o poder das autoridades instituídas. O que pode ser uma restrição, porque não está garantido de forma *a priori*, é um ganho à medida que se consolida como prática, revelando um modo de vida e uma opção metodológica em franca coerência com a prática de Jesus. De alguma maneira, esse processo de consolidação de instâncias como conferências, sendo elas em nível nacional ou regional, e conselhos, diocesanos, paroquiais e comunitários, resultam de uma interpretação e de uma opção por relações horizontais e de compartilhamento de responsabilidades. A evangelização não resulta de uma ação eclesial/sacramental direta, mas exige, cada vez mais, atuação de caráter pedagógico-pastoral. A necessidade de planejamento da ação evangelizadora é o primeiro e talvez mais expressivo sintoma desta mudança.

Os órgãos colegiados, especialmente nas instâncias internas às igrejas particulares instigam e inspiram-se no compartilhamento da ação evangelizadora entre o conjunto dos batizados, resgatando a dimensão do sacerdócio comum. Em termos gerais é possível afirmar que a criação e fortalecimento de instâncias mediadoras da evangelização partem de duas realidades complementares: o risco da constituição de estruturas

burocráticas, estáticas e sem vida, por um lado, e a ampliação do protagonismo pastoral para o grupo até então considerado mero destinatário, por outro. Com isso, a própria noção de evangelização, como processo aberto a todos e que exige conversão não apenas dos “evangelizados”, passa por mudanças. Todavia, esta é uma realidade distante de se dar por concluída. Há, em muitos lugares, uma mentalidade de apego às distinções hierárquicas e, ao seu lado, a falta de compromisso com a missão por grande parte dos batizados. A colegialidade representa o desejo profundo de levar a cabo o espírito da Igreja comunhão e participação e estimula a corresponsabilidade.

### 3.2 Conselhos de Pastoral e a mediação das forças pastorais

A crítica a toda e qualquer forma autoritária, como já fora registrado, parte do princípio de que tal atitude fere o espírito do Evangelho sobre o qual a Igreja está fundada. O ato de planejar ‘para’ os outros ou ‘para’ a comunidade é uma forma autoritária que considera a comunidade objeto e não sujeito da pastoral. Estabelece-se, assim, uma relação de poder ‘dominante-dominado’, com um planejamento vertical, dedutivo. Neste modelo, somente alguns elaboram o plano, que será executado pelos demais.

Outra forma autoritária de conduzir a ação é o ato de planejar ‘com’ os outros. “Planejar com os outros é o exercício de um poder-a-serviço – em que há participação, mas controlada, por cooptação, manipulada”<sup>38</sup>. A representação e a participação são ‘falsas’, pois a comunidade participa em determinado nível, mas não decide, não tem voto. “Procura-se manter a dependência para manter-se no poder. Cede-se para não ceder. Abre-se a uma determinada participação para guardar o poder de sempre”<sup>39</sup>. Também, nesse modelo, a

---

38 Agenor BRIGHENTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.203.

39 *Ibidem*, p.204.



comunidade é objeto da pastoral enquanto destinatária de serviços que são impostos para a participação de todos. Por isso, privilegiar o processo é privilegiar a participação e caminhar em coerência com a prática de Jesus.

A relação sujeito-sujeito, mediada pelo exercício do poder-serviço, confere à comunidade autonomia. Há participação de todos os interessados nas decisões, na execução e nos resultados, constituindo-se uma representatividade real e não falsa. O planejamento participativo, que fundamenta a dinâmica dos conselhos de pastoral, possibilita a descentralização do poder na medida em que os centros de decisão passam a ser diversos e não mais único.

Primeiro ele promove a autonomia das pessoas [...]. Depois, ele possibilita o exercício do poder entre os níveis eclesiais, com controle de baixo para cima, ou seja, delegando ao nível superior àquilo que não se têm condições de realizar no nível inferior. É o princípio da subsidiariedade, fundamental para o exercício de um poder-serviço. O nível superior subsidia o nível inferior, vem em seu socorro, potenciando-o na busca de sua autonomia. A separação entre os níveis nega a eclesialidade, mas a autonomia é condição para a colegialidade<sup>40</sup>.

Ao lado das assembleias paroquiais e das comunidades eclesiais, os conselhos de pastoral estão entre as estruturas que expressam maior sintonia com uma ação evangelizadora aberta, participativa e em estado de comunhão. São estruturas intermediárias, por isso mais flexíveis, se comparadas a estruturas fixas como as paróquias e as comunidades. São instrumentos responsáveis em pensar, articular os objetivos e as ações de forma participativa, mesmo que, em última instância, o responsável seja o pároco.

O Conselho de Pastoral é proposto no Decreto *Christus Dominus*, sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja, em

40 Agenor BRIGHENTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.205.

1965:

É muito desejável que em cada diocese se institua um peculiar Conselho de Pastoral, presidido pelo próprio Bispo diocesano e nele tomem parte clérigos, religiosos e leigos, especialmente escolhidos. É tarefa deste Conselho pesquisar os assuntos que se relacionam com as obras pastorais, examiná-los diligentemente e tirar deles as conclusões práticas<sup>41</sup>.

A mentalidade tradicional, sedimentada nos diversos espaços sociais, também se manifesta como desafio a ser superado no caminho do fortalecimento da prática dos conselhos de pastoral. “Os padres foram instruídos para agirem sozinhos, como únicos responsáveis, por isso não querem perder o controle da paróquia. Os leigos foram instruídos para o comportamento passivo e receptivo, de dependência e de submissão”<sup>42</sup>. A mentalidade de colaboração, de participação deve atingir a todos: leigos, padres, bispos.

O CPP nascerá como consequência de uma vida comunitária eclesial básica, de uma consciência eclesial, de uma pastoral renovada e adaptada. Nascerá igualmente da experiência de um grupo de cristãos que se convertem e que querem fazer um caminho de santidade em conjunto, comunitariamente<sup>43</sup>.

Enquanto apresentação geral faz-se necessário explicitar as três instâncias de funcionamento, a representatividade e a função dos conselhos de pastoral. As instâncias são: Conselho Comunitário de Pastoral (CCP), Conselho Paroquial de Pastoral (CPP) e Conselho Diocesano de Pastoral (CDP). Quanto à formação, há peculiaridades ligadas aos contextos, mas o mais comum é contar com os padres (párocos), representantes das pastorais, serviços/setores e movimentos

---

41 CD, 29.

42 Elias Della GIUSTINA. *A paróquia renovada*, p.118.

43 *Ibidem*, p.119.

eclesiais e, em conformidade com a instância correspondente, contar com a representatividade das estruturas pastorais inferiores. Assim, se o conselho for diocesano conta com a representação das paróquias, se for paroquial com a representação das comunidades. Quanto às tarefas, os documentos da Igreja apontam para a necessidade de olhar a “vida da comunidade”. Compete ao conselho examinar tudo o que se refere às atividades pastorais e propor ações, como um órgão articulador, unificador e que orienta a vida da comunidade.

Na dinâmica do planejamento o conselho tem o papel de ser espaço reflexivo permanente e guardião do plano de pastoral na instância de sua atuação. Embora o processo de planejamento possa ter uma equipe de coordenação própria, a dinâmica do conselho o aproxima das decisões e da dinâmica tomada conjuntamente, assim como uma instância permanente de avaliação. Para dar conta da tarefa assumida no conselho é importante a organização com reuniões periódicas, que devem ser definidas em conformidade com as responsabilidades atribuídas. É importante observar também alguns critérios para a escolha dos integrantes do conselho, também em conformidade com as atribuições. Que sejam pessoas de fé e temente a Deus (Ex 18), cheios do Espírito Santo e de sabedoria (At 6,3); que não se corrompam nem se vendam (At 5 e Ex 18); que tenham ciência de que a opção pelos pobres é exigência evangélica<sup>44</sup>.

As lideranças de todas as pastorais se reúnem, refletem bem, tendo como referência os critérios estabelecidos, e escolhem as pessoas que vão coordenar cada pastoral nos próximos [...] anos. Das pastorais existentes ou dos serviços pastorais e de missão que pretendem organizar. Esses/as coordenadores/as das pastorais vão participar do conselho de pastoral, automaticamente<sup>45</sup>.

---

44 Ivo ORO. *Conselhos de pastoral na prática*, p.124.

45 *Ibidem*, p.125.

A dimensão formativa merece destaque novamente, porque supõe-se que os conselheiros sejam preparados para o exercício de sua missão e que o próprio conselho, independente da instância esteja em permanente processo formativo. À medida que os conselheiros desenvolvem a consciência e assumam o compromisso do cultivo pessoal e das instâncias que representam, abre-se a possibilidade da qualificação da ação eclesial desde a análise crítica da própria prática.

#### **4 Pressupostos e fundamentos para o planejamento pastoral**

Considerando o objetivo de oferecer fundamentação e pressupostos metodológicos acerca do planejamento pastoral, assinalamos ainda algumas questões que julgamos pertinentes no caminho a ser trilhado em torno do planejamento. Existem muitas indicações técnicas bem construídas e que servem para orientar em termos práticos a organização de um processo de planejamento, entre elas algumas estão dispostas na bibliografia. Não vamos entrar em detalhes acerca dos passos a serem dados e nem definir uma instância eclesial como parâmetro, mas apresentar pressupostos básicas, num esforço de síntese quase esquemático.

a) **Opção e consciência das exigências do planejamento e do plano.** Se planejar significa organizar as forças humanas para interferir na realidade e fazer valer os sonhos a partir das necessidades pessoais e comunitárias dos envolvidos, é preciso optar pelo planejamento. A ação evangelizadora é um processo que tem início, e este também é de difícil localização, mas não tem fim; está sempre em movimento, constituindo-se em dinâmica formativa permanente. O planejamento também é processual e contínuo, porém, é preciso engatar a dinâmica do planejamento na temporalidade do plano, organizando um conjunto de ações específicas que resultarão num plano. Em

certa medida, uma etapa do planejamento é concluída com a elaboração de um plano delimitado por uma instância eclesial e para um tempo determinado. Quanto mais precisos forem os encaminhamentos do planejamento registrados no plano, com definição de prioridades, responsabilidades e temporalidades, maiores chances de serem efetivadas e mais fácil será o processo de avaliação e replanejamento.

b) **Condução do processo.** Não é porque o planejamento é participativo que não tem organização e distribuição de tarefas. Aliás é o contrário, pois é a participação que exige ainda mais organização e divisão de responsabilidades para proporcionar o envolvimento de todos, o registro da caminhada, elementos fundamentais para a definição das prioridades, das metas e das ações práticas. Uma equipe “iniciada”, articulada e responsável por coordenar o conjunto de encontros e assembleias é um pressuposto relevante para o sucesso do planejamento. A equipe precisa estar afinada, mas não fechada como grupo, convicta dos passos a serem dados e da orientação metodológica, aberta e sensível às questões fundamentais, tendo o cuidado de não falar em próprio nome. Essa equipe precisa ter, ao mesmo tempo, uma noção abrangente e condições de prever leituras possíveis acerca da realidade e do referencial utópico, e mente aberta para se apegar aos critérios e princípios, não a argumentos secundários. O trato com a participação de todos é algo fundamental nesta condução.

c) **Convicção metodológica.** Convicção é muito diferente de intransigência, sendo esta última marcada pela falta de capacidade de perceber o alcance e possíveis inconsistências das ideias defendidas. A convicção é resultado da consciência de diferentes possibilidades e ter clareza teórica do que fundamenta e especialmente da sintonia de tal ideia diante de tal realidade. No caso da metodologia participativa, a convicção está calcada no reconhecimento e na fé no ser humano, e na aposta de que

proporcionando bons processos formativos a pessoa terá a possibilidade de transformar sua vida na direção de relações fraternas e do espírito comunitário. Em última análise, tal convicção aposta na crença de que a participação é caminho promissor à responsabilidade.

d) **Elaboração do marco da realidade.** Em determinados ambientes isso pode soar um pouco estranho, porque se parte do pressuposto de que a realidade é algo dado e está aí para agir sobre ela. O contexto, porém, é algo inatingível em sua amplitude. E isso aponta para o grande desafio de fazer uma interpretação o mais completa possível, porque uma leitura inadequada faz a gente não atacar os verdadeiros focos de enfraquecimento da espiritualidade cristã, permanecendo no nível da pastoral de manutenção ou pior, agindo para fortalecer iniciativas que vão contra os princípios cristãos, reduzindo a vida a buscas individuais e enfraquecendo o espírito comunitário. Neste tema é preciso ser humilde para buscar auxílio e assessoria em outras áreas do conhecimento e seguro em relação ao que se quer. É uma boa leitura da realidade que vai explicitar necessidades e potencialidades a serem transformadas em metas e ações a serem desenvolvidas. Além de leituras, assessorias, diálogo com instâncias da sociedade civil, é preciso chamar as pessoas da comunidade para debater tudo isso, para daí elaborar o marco da realidade. Não se pode esperar consenso em todas as questões e é preciso lidar com tranquilidade com divergências, porque neste momento são os critérios e princípios vinculados à natureza da ação que devem prevalecer.

e) **“Delimitação” do marco utópico.** O ponto de referência aqui são novamente categorias como reino de Deus, vontade do pai, tendo a revelação e a Palavra de Deus como fontes fundamentais. Aparentemente este é um referencial seguro e com unidade suficiente para dispensar qualquer

estudo. Será? Não é preciso dizer que existem distintas compreensões extraídas das mesmas fontes. O movimento primário a ser realidade é de retomada dos nossos referencias e compreensões, o que encontra na prática de Jesus pontos de unidade e convicções seguras quanto a temas fundamentais. Momentos de estudos sobre tais temas são de extrema importância, além do esforço de atualização para o contexto contemporâneo a partir da instância eclesial de referência. O estudo, a retomada, o aprofundamento precisam estar, especialmente nesta perspectiva, associados à oração. A construção da unidade no sonho, em sintonia com outras instâncias eclesiais, são resultado de um processo orante que gera discernimento. Além da comunidade ser um espaço de destaque para a celebração da vida e cultivo dos princípios cristãos, nas reuniões de planejamento o cultivo da espiritualidade se intensifica.

f) **Definição de necessidades prioritárias, metas e atividades práticas.** Em conformidade com os pressupostos anteriores e a partir do diálogo/confronto entre o marco da realidade e o marco utópico, a partir do alcance específico da instância em planejamento, precisam ser definidas as prioridades a serem assumidas, e delimitadas as ações que vão dar visibilidade e viabilidade à realidade pretendida. É um momento determinante e um dos mais complexos e difíceis, pois o que for definido aqui – obviamente associado ao como será assumido – poderá representar a eficiência ou o fracasso do planejamento. Esta definição implica o ponto de ligação entre o planejamento e o plano, tendo em vista que esta é a parte em que o planejamento deixa de ser futuro aberto para começar a transformar-se em presente, sendo testado nas agruras do contexto. A ousadia e a inovação se aliam e confrontam com a viabilidade das forças e dos recursos de toda natureza, testando a leitura feita e a capacidade de interferir na realidade. É preciso ter a frieza necessária para abandonar as estruturas que não

servem mais, sem gastar energia em realidades ineficientes e, ao mesmo tempo, ter o discernimento da especificidade da natureza da ação evangelizadora. A ineficiência ou a eficiência na ótica da razão instrumental e mercadológica não tem o mesmo significado no campo da evangelização.

### **Considerações finais**

O texto aqui apresentado discutiu e reforçou a ideia de que a ação da Igreja, a missão que ela desempenha na sociedade, tende a ser mais eficiente quando planejada, quando as ações são organizadas e projetadas estrategicamente para atingirem uma determinada meta. Disso decorre que o planejamento tende a produzir maior eficiência e, por consequência, melhores resultados. Cada ação, por sua vez, tem particularidades e uma razão própria, do que decorre que nem toda forma de planejamento e nem toda metodologia que orienta as ações são adequadas a qualquer campo. Defendemos que a opção pela práxis e pela metodologia participativa são mais adequadas à natureza da ação evangelizadora, porque, ao mesmo tempo que oportunizam a transformação da realidade, partem de uma mudança que tende a ter efeitos mais profundos e duradouros, que é a mudança da própria concepção de mundo.

A formação integral ou alargada só existe enquanto autoformação, enquanto mobilização interna e permanente. Sem a decisão de cultivar o próprio espírito, a mudança não passa de superficialidade e pressão externa. Ao mesmo tempo, a formação tem uma dimensão coletivo e não acontece enquanto isolamento e autorreferência, mas resultado do reconhecimento do outro, da palavra do outro e a mobilização interna não ocorre sem a pressão e o tensionamento externo. Nossa aposta metodológica parte do pressuposto que é oportunizando espaços e procedimentos que permitem debruçar-se sobre si



mesmo e refletir sobre a própria prática a conversão pessoal e pastoral tem maiores chances de acontecer.

Nesta perspectiva, o planejamento, enquanto organização das forças e recursos da Igreja para cumprir sua missão no mundo, parte da ideia de que o primeiro anúncio está no modo de vida de seus membros, afinal de contas a proposta não é para os outros, mas para todos, a começar pelos seus integrantes. Claro que enquanto proposta exigente, precisamos nos colocar sempre a caminho e não é porque temos informações que não podemos desempenhar a missão de anunciar aos outros, até porque a conversão também se dá na vivência e no encontro comunitário. A partir do cultivo desta espiritualidade do cultivo pessoal, o planejamento tem o desafio de sistematizar as ações, partindo da realidade existente, num esforço de interpretação de seus traços fundamentais, e caminhar na direção do reino de Deus. Cada instância eclesial organiza a sua vida e é importante que o faça em sintonia com as demais instâncias e de maneira colegiada.

O caminho percorrido pelo texto partiu de uma abordagem básica sobre o significado do planejamento e a especificidade do planejamento pastoral. Em seguida, discutiu sobre a orientação metodológica que melhor atende, na compreensão dos autores, a natureza da ação eclesial, caráter metodológico que perpassa todo o texto. A dimensão formativa do planejamento, o enfoque da formação e o caráter permanente da formação fecharam esse item do artigo. A terceira parte do texto adentra na dimensão da colegialidade da ação eclesial que, fundamentada na espiritualidade da comunhão e participação, tem nos conselhos de pastoral um referencial de articulação e símbolo de unidade da ação eclesial. Ainda são apresentados, de forma esquemática, alguns pressupostos prático-metodológicos para a realização de um planejamento pastoral coerente com a natureza da missão evangelizadora.

O contexto atual carrega algumas tendências em termos metodológicos: naturalização de correntes dogmáticas e do apego ao método tradicional/positivista, porque sinaliza para soluções objetivas e a segurança das funções hierarquicamente bem definidas; o planejamento de tendência estratégica orientado aos resultados imediatos e à eficiência, embora tenha contribuições, para a pastoral ter caráter excessivamente utilitarista; a ausência do planejamento como processo mais sistemática, sujeitando-se à consciência espontânea e ao ativismo de quem reduz a ação pastoral no campo da prática. Diante do quadro, o planejamento pastoral na perspectiva da práxis, que leva a assumir a metodologia como espiritualidade, constitui-se em esforço permanente de desnaturalização do dogmatismo inerente à consciência espontânea, que é superado pelo rigor da observação, pela maneira sistemática de análise e pelo foco na transformação da prática a partir de sua avaliação permanente à luz do Evangelho. Permanecem desafios grandes, e a superação deles começa com a opção epistemológica e persistência no planejamento orientado por uma metodologia adequada.

## Referências bibliográficas

- BALBINOT, Rodinei; BENINCÁ, Elli. *Metodologia Pastoral: Mística do discípulo missionário*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BENINCÁ, Elli. Práxis pastoral. *Caminhando com o Itepa*, Passo Fundo, Itepa, ano 18, n.63. p.7-36, nov/2001.
- \_\_\_\_\_. O Itepa e a Metodologia Histórico-Evangelizadora. *Caminhando com o Itepa*, Passo Fundo, Itepa, ano 19, n.64, p.54-79.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 2000.
- BRIGHENTI, Agenor. *A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática*

transformadora da fé. São Paulo: Paulinas, 2006 (Coleção «livros básicos de teologia»).

CELAM. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*. Brasília: Ed. CNBB, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIUSTINA, Elias D. *A paróquia renovada: participação do conselho de pastoral paroquial*. São Paulo: Paulinas, 1986.

LAIHRE, Bernard. *O homem plural: as molas da ação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

MOMO, Giovani. *Conselhos de Pastoral: por uma Igreja da colegialidade*. 2013, («Monografia Curso de Teologia – Itepa Faculdades»).

ORFANO, Gianfranco. *Técnicas de planejamento pastoral*. 2 ed. Petrópolis: vozes, 2004.

ORO, Ivo Pedro. *Conselhos de pastoral na prática*. Xanxerê: News Print, 2010.